

NÃO CLASSIFICADO

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR – MARINHA

2009/2010



TII-BE/CPOS-M

MISSÃO DA MARINHA DE GUERRA DE MOÇAMBIQUE EM TEMPO DE
PAZ E PRESPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO
CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO
CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA.

**ARMINDO MANUEL MADEIRA
CAPITÃO -TENENTE**

NÃO CLASSIFICADO



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**MISSÃO DA MARINHA DE GUERRA DE MOÇAMBIQUE E
PRESPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO**

**ARMINDO MANUEL MADEIRA
CTEN**

Breve Estudo/Área Específica de Marinha/CPOS-M

LISBOA, 2010

NÃO CLASSIFICADO

NÃO CLASSIFICADO



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**MISSÃO DA MARINHA DE GUERRA DE MOÇAMBIQUE
PRESPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO**

ARMINDO MANUEL MADEIRA

Breve Estudo/Área Específica de Marinha/CPOS-M

Orientador: CFR Martins da Cruz

LISBOA, 2010

NÃO CLASSIFICADO

AGRADECIMENTOS

Início o presente trabalho expressando a minha satisfação de reconhecimento e agradecimento a todos que me apoiaram e incentivaram na elaboração, deste trabalho que constitui o epílogo deste curso.

Para mim é um motivo de grande alegria compartilhar e agradecer ao corpo docente do Instituto de Estudos Superiores Militares, em particular aos professores do curso de promoção a Oficial Superior da Marinha 2009/2010, pelo rigor, excelência profissionalismo científico e pedagógico demonstrado, pela forma sábia como transmitiram e a disponibilidade evidenciada no percurso do curso.

Agradeço especialmente ao Capitão-de-Fragata Martins da Cruz, orientador do Breve Estudo, ao Capitão de Mar e Guerra Passos Ramos pela simpatia e disponibilidade demonstrada no decorrer do presente estudo.

Aos Oficiais-alunos do curso, pelos incentivos, auxílio e inextinguível apoio sempre presente desde do início do curso, seria indecoroso não agradecer e reconhecer a colaboração de Sua Excelência o Vice-Almirante Álvaro Sabino Guerreiro, Director do IESM, pela forma como tem dirigido esta Universidade Militar.

Ao finalizar desejo a todos sucessos no futuro desempenho das diversas missões que o país nos incumbe e muito obrigado.

INDÍCE

RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	v
INTRODUÇÃO.....	1
1. A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DE MOÇAMBIQUE	4
2. A ORGANIZAÇÃO DA MARINHA DE GUERRA DE MOÇAMBIQUE.....	5
3. A MISSÃO DA MARINHA GUERRA MOÇAMBICANA	7
4. OS DESAFIOS DA MARINHA DE GUERRA DE MOÇAMBIQUE.....	8
a. No âmbito interno.....	8
b. No âmbito internacional	12
(1) A nível da Conferência de Coordenação do desenvolvimento da África Austral..	12
(2) A nível do Oceano Índico	14
(3) A nível continental.....	15
(4) A nível de CPLP.....	15
5. O PLANO NAVAL DA MARINHA DE GUERRA.....	16
6. PERSPECTIVAS FUTURAS	20
7. CONCLUSÕES.....	21
9. RECOMENDAÇÕES	22
BIBLIOGRAFIA	23

RESUMO

O trabalho que me proponho a apresentar está subordinado ao tema: Missão da Marinha de Guerra de Moçambique em tempo de paz e suas perspectivas de desenvolvimento.

O objectivo principal que nos levou a optar por este tema relaciona-se ao facto de querermos perceber até que ponto a Marinha de Guerra de Moçambique é capaz de manter a paz na região e substancialmente ela poderá projectar o poder naval a nível nacional e a capacidade de participar em operações internacionais Moçambicanas sob a égide das nações unidas ou organismos multilaterais da região. Moçambique ao garantir seu poder para negar o uso do mar a qualquer concentração de forças, precisa de manter a capacidade focada de projecção de poder e criar condições para controlar no grau necessário a defesa e dentro dos limites do direito internacional politico-estratégica, económica, militar e também as suas linhas de comunicação marítimas. O desejo de Paz e segurança o domínio da técnica por parte do pessoal para responder a varias missões públicas e a disponibilização de meios operacionais adequados é uma aposta imprescindível para a dinamizar a Marinha ao contexto da globalização. De salientar que para elaboração deste Breve Estudo seguimos a metodologia de recolha de dados, recorrendo a vária bibliografia que versa a situação de forças navais de diversos países.

ABSTRACT

The work that we propose to make this the theme: «Mission Navy Mozambique in time of peace and its prospects for development.» The big motivation that led us to choose this theme relates to the fact that we want to see how high is the Navy Mozambique covers to maintain peace in the region and it can substantially projecting naval power at the national level and the ability to participate in international operations Mozambican under aegis of the United Nations and multilateral organizations in the region. Mozambique to ensure its power to deny the use of the sea at any concentration of forces, need to keep focused on the ability to project power and create conditions to control the degree necessary to defend and within the limits of international politico-strategic, economic, military and also its sea lines of communication. The desire for peace and security the field of technology by staff to respond to various public missions and the provision of appropriate operational imperative is a commitment to boost the SEA context of globalization. Note that for our development of this thesis point out that for the development of our thesis we follow the methodology of data collection, using various literatures which addresses the situation of he naval forces of several countries.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

MGM	Marinha de Guerra de Moçambique.
FNG	Força naval de Guerra.
SADC	Comunidade de desenvolvimento da África Austral.
CPLP	Comunidade dos povos da língua Portuguesa.
SADCC	Conferência de Coordenação do desenvolvimento da África Austral.
MDN	Ministério da Defesa Nacional.
FAM	Forças Armadas de Moçambique.
EUA	Estados Unidos de América.
UA	União Africana.
OUA	Organização da União Africana

INTRODUÇÃO

O trabalho que me proponho a apresentar está subordinado ao TEMA: Missão e Perspectivas de Desenvolvimento da Marinha de Guerra

A razão que me levou a optar por este tema está relacionada ao facto de procurar perceber até que ponto a Marinha de Guerra de Moçambique é capaz de conduzir operações de combate naval e outras tarefas que lhe foram cometidas de acordo com as especificidades das suas competências.

Salientar que para a elaboração desta nossa monografia seguimos a metodologia de recolha de dados, recorrendo a vária bibliografia que versa a situação de forças navais de diversos países

Quais os desafios que se esperam da Força Naval Moçambicana no aspecto da segurança e Defesa Nacional?

Moçambique como país independente e Estado soberano, sujeita-se a ameaças tal como outras Nações a nível mundial. Na medida em que Moçambique se desenvolve progressivamente, enquadrando-se nas mudanças globais, é previsível que as suas necessidades se alterem sistematicamente e o seu ambiente estratégico se adapte à dinâmica do desenvolvimento mundial. Neste contexto, um desenvolvimento semelhante deverá ocorrer em simultâneo nas Forças Armadas moçambicanas, e nas Forças Navais em particular, com objectivo de se afirmar como uma força robusta e profissional, indispensável para a defesa da Nação. Para tal há que desenvolver um trabalho com o intuito de formar e treinar os recursos humanos para corresponder às várias solicitações regionais e além mar.

O desenvolvimento nacional da Marinha de Guerra de Moçambique deve orientar-se numa perspectiva integrada e equilibrada no plano económico de desenvolvimento nacional, dadas as características e circunstâncias geográficas do país, as quais constituem uma Nação, toda ela banhada pelo Oceano Índico, com recursos marinhos potenciais para garantir o seu desenvolvimento sustentável.

Considerando a situação geográfica de Moçambique, a caracterização das ameaças do ambiente marítimo e a importância vital do vector Mar para os interesses nacionais, o país tem necessidades de garantir a vigilância e o controlo do espaço marítimo, dispondo de uma força mínima, que no mar se oponha pela dissuasão, enquanto possível, a qualquer

tipo de ameaça externa e apta a apoiar as tarefas operacionais das forças terrestres e aérea. Para a consecução deste desafio, torna-se imperativo dar maior importância à componente Naval no sentido da consolidação da sua estrutura e redimensionamento das suas capacidades estratégicas, tendo em vista a sua eficácia funcional no cumprimento das missões nacionais e internacionais a atribuir e perspectivar o seu progresso para uma Força Naval respeitada na região e no continente africano.

Tendo como base da nossa investigação a questão *missão da marinha de guerra e sua perspectiva de desenvolvimento*. Procuraremos abordar o nosso trabalho na vertente da formação pela importância de que se reveste dentro de uma organização.

Para que a Marinha assuma o seu verdadeiro papel, as chefias militares que estão em frente da instituição, entre várias apostas que devem ter em mente é a formação do capital humano de forma a adequar as capacidades dos Militares à multinacionalidade do ambiente operacional, tipologia de operações, tipologias das próprias ameaças e à tipologia como estão distribuídas as forças numa estrutura montada de apoio a outros sectores ligados aos serviços de segurança numa actuação transversal e interoperativa.

Relativamente ao supramencionado, deve procurar-se otimizar os vectores da racionalização de recursos, sejam eles humanos, logísticos ou financeiros e descentralização de acções mas sem abdicar dos meios e controlo da fiscalidade.

Muitos Estados têm adoptado modelos organizacionais de apoio à formação dos recursos, dimensionados e estruturados para apoio às diferentes componentes territoriais da distribuição de forças, mas com possibilidade de dar resposta a intervenções de carácter operacional em todo o aspecto e tipo de missões, de carácter público, da paz e da guerra e Moçambique não pode ser excepção.

Por outro lado, a crescente necessidade de reduzir o tempo de resposta do aparelho militar, com o prazo de intervenção cada vez menor e em áreas geográficas diversas, traduz-se numa crescente importância no desempenho da força, dos aspectos relacionados com a organização militar em geral e com o apoio tecnológico.

Para além disso, tal como na execução de operações militares de diferentes tipologias, as novas tecnologias possibilitam a racionalização e o incremento de sistemas de apoio à força da Marinha de Guerra Moçambicana, economizando recursos, optimizando procedimentos e racionalizando meios.

Contudo, as novas capacidades de sustentação na formação da força só são possíveis de implementar através de um sistema político em Moçambique que desafiasse a formação dos técnicos profissionais no Ramo da Marinha.

Mas nunca existiu algo semelhante em relação ao outro objectivo tecnológico da política, isto é, para a segurança e defesa do país, nas suas varias vertentes. Crê-se que a criação de um Centro de Planeamento Estratégico, de natureza interdisciplinar, com o pessoal qualificado nos principais domínios do saber, em exclusividade de serviço, ao qual fosse previamente proporcionada uma sólida formação estratégica, em muito contribuiria para um país mais seguro, lúcido, moderno, dinâmico e com um rumo mais esclarecido. Talvez dessa forma melhor se alcance os objectivos preconizados para as Forças Armadas moçambicanas.

Podemos, ainda, colocar as seguintes questões, decorrentes da nossa pergunta de partida: Que perspectivas no âmbito interno? Como componente do poder militar, os principais desafios estão orientados para a contribuição na prossecução dos objectivos que decorrem da política de Defesa e Segurança, particularmente nas missões militares.

Que perspectivas no âmbito Internacional? Os assuntos fronteiriços influem na soberania da Nação, a Marinha de Guerra de Moçambique tem participação directa nos diversos grupos de comissões internacional com vista a regularizar a situação, num espaço de prevenção de conflitos.

1. A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DE MOÇAMBIQUE

A República de Moçambique situa-se no hemisfério meridional entre os paralelos 10°27'S e 26°52' na costa sudeste do continente africano, de frente da Ilha de Madagáscar, da qual se separa com o canal de Moçambique. A superfície terrestre de Moçambique é de 799380 km², 13000 km² de superfície das águas interiores e tendo uma fronteira terrestre de 4330 km² do Rovuma à Ponta Douro. Conta com mais de 80 rios, alguns deles com importância económica devido à sua navegabilidade.

O rio Rovuma ao norte faz fronteira natural com a República de Tanzânia e ao sul, o rio Maputo. A noroeste encontra-se o Lago Niassa na província de Niassa, que é um dos lago mais profundo do Mundo, com 700m de profundidade, o comprimento é de 560 km e 80 km de largura máxima. Também a oeste faz fronteira com a República de Malawi, Zâmbia, Zimbabwe, Suazilândia e a sul com a República da África do Sul.



Fig. 1 – Fotografia Aérea de Moçambique.

2. A ORGANIZAÇÃO DA MARINHA DE GUERRA DE MOÇAMBIQUE

A Marinha é um dos Ramos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) destinada ao exercício da vigilância e controlo do mar nas áreas de interesse nacional, constituindo, dada a imensa configuração do território, uma componente potenciadora de valor mas com fraco sistema militar em que se integra. Os elementos da componente operacional do sistema de força nacional da responsabilidade da Marinha são o Comando Naval, os Comandos das Bases Navais do Sul de Moçambique, do centro e do Norte de Moçambique e com as suas respectivas Sub – Bases Navais e na zona sul, um Batalhão de Artilharia Costeira e um Batalhão de Fuzileiros Navais e unidade de Mergulhadores.

Referindo-se à formação de Fuzileiros Navais, é a estratégia do país que o mesmo se enquadra na tradição que o Governo tem estado a cultivar de formação, apetrechamento, prontidão, disponibilidade permanente, procura incessante de excelência e melhoria constante de capacidade institucional das FADM. Essas acções, dotam as Forças Armadas de necessárias perícias, competências e capacidades, para o cumprimento com êxito das missões de defesa da soberania nacional, da integridade territorial bem como do interesse público. De forma particular a direcção do país, reconhece os efeitos que a Marinha de Guerra tem dado um contributo valioso para o exercício da autoridade do Estado nos espaços lacustres, fluviais e marítimos nacionais¹.

A estratégia do país foi traçada pela felicitação de sua excelência o Presidente da República na qualidade de comandante em chefe das forças armadas de defesa de Moçambique, sobre a Marinha de Guerra a prosseguir com a importante e nobre missão de fiscalização marítima, em estreita articulação com as outras entidades com competências e interesses no mar.

Na vertente das missões de interesse público e fazendo uso da sua valência anfíbia, O comandante em chefe disse que a Marinha de Guerra Moçambicana tem sabido desdobrar-se, em tempo útil e de forma eficiente, para a realização de importantes operações tais como, a de socorro das populações em caso de desastres naturais e outras situações calamitosas. Efectua, igualmente, operações de busca e salvamento em caso de naufrágios e operações para assegurar o apoio as populações em a travessia aos rios em

caso de desabamento de pontes. A participação tem sido positiva dos Fuzileiros Navais em exercício conjuntos no quadro da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da CPLP. O facto das unidades da Marinha de Guerra constituir contingentes militares nacionais que vêm participando em operações de apoio a paz sob a égide da União Africana e das Nações Unidas, constitui factor de manifestação internacional de cariz muito positivo. Deste modo, a Marinha de Guerra afirma-se como um instrumento de reforço da diplomacia, do prestígio internacional da Pátria, sobretudo, como vector para a promoção da paz mundial” disse o comandante em chefe no encerramento do 14º curso de Fuzileiros Navais no centro de formação em Fevereiro do ano passado.

3. A MISSÃO DA MARINHA GUERRA MOÇAMBICANA

Esta força naval, que é designada por Marinha de Guerra de Moçambique, tem como missão cooperar de forma integrada na Defesa da Pátria através da realização de operações navais. Sem prejuízo da missão referida anteriormente, a Força Naval desempenha também missões no âmbito dos compromissos internacionais assumidos e em missões de interesse público.

As actividades de carácter militar e diplomático compreendem:

- a) A defesa do território e das áreas adjacentes;
- b) A cooperação naval regional. A protecção das linhas de comunicações
- c) O combate às redes transnacionais de terrorismo, tráfico de armas, de droga e de escravos;
- d) O apoio à política externa do Estado.

A Força da Marinha de Guerra de Moçambique é composta por Oficiais, sargentos, grumetes e praças embarcados e não embarcados, um Batalhão de Fuzileiros Navais (BFZN) e um Batalhão de Artilharia Costeira Naval (BAC) e Mergulhadores.

Uma das missões no tempo de paz é de participar na busca e salvamento das populações. Sendo assim, Moçambique um país que tem sido assolado por calamidades naturais como a seca, cheias e ciclones tropicais, com efeitos devastadores não só no aspecto económico nacional, mas sobretudo quando o que está em causa são vidas humanas. Como exemplo disso podemos ver a participação de Fuzileiros Portugueses nas cheias de 2001 conforme fig. nº 1. As inúmeras experiências vividas mostram qual a relevância na participação das Forças Armadas na mitigação dos efeitos desses fenómenos. Vem daí, o grande desafio da Marinha em estar sempre pronta para o conjunto de todas as acções, particularmente para as situações cuja intervenção seja da primeira linha.



Fig. nº1 - Participação de Fuzileiros Portugueses nas cheias de 2001.

Outros factores de acção incidem sobre as actividades de interesse público que tem merecido reconhecimento não só pelas instituições envolvidas nas realizações conjuntas, mas também da sociedade em geral. Por exemplo: a monitorização de travessias de pessoas e bens nos rios e baías em coordenação com as autoridades marítimas nacionais.

4. OS DESAFIOS DA MARINHA DE GUERRA DE MOÇAMBIQUE

a. No âmbito interno

As atenções pesam sobre a necessidade da continuação do aperfeiçoamento da base organizacional em curso e o crescente ajustamento à realidade que a

actualidade impõe, através de um desdobramento de acções em duas frentes fundamentais.

Moçambique possuindo uma longa linha costeira, com mais de dois mil e quinhentos km que é muito atraente para pessoas envolvidas em actividades ilícitas e, como componente do Poder Militar, os principais desafios estão orientados para a contribuição na prossecução dos objectivos que decorrem da Política de Defesa e Segurança, particularmente nas missões militares.

Nessa óptica, a Marinha de Guerra de Moçambique engaja-se no desenvolvimento de acções tendentes ao reforço do grau de uniformização dos critérios de procedimentos entre os três ramos, com vista a se evitar a sobreposição desnecessária de tarefas e conseqüente desperdício de recursos.

A estrutura das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, compreende o Estado-Maior General como órgão Director e os três Ramos como os executivos. Sendo a Marinha uma das componentes, continuará a prosseguir a operacionalização das estratégias gerais e particulares que permitam aumentar a sua visibilidade no seio dos outros ramos e da sociedade.

A Organização do Ramo da Marinha é conforme se segue:

1.O Ramo da Marinha de Guerra de Moçambique é dirigido por um comandante da Marinha, coadjuvado por um Chefe de Estado Maior e compreende:

- a) A Repartição de Operações;
- b) A Repartição de Pessoal;
- c) A Repartição de Contra Informação;
- d) A Repartição de Reconhecimento;
- e) A Repartição de Fiscalização e Protecção da Costa Marítima;
- f) A Repartição de formação;
- g) A Repartição de comunicações;
- h) A Repartição de Administração e Logística;
- i) A Repartição de Engenharia Naval;

NÃO CLASSIFICADO

j) A Repartição de Marinha;

k) A Repartição de Navegação e Hidrografia;

2. Funcionam no Comando da Marinha de Guerra de Moçambique:

a) O Conselho Militar da Marinha de Guerra;

b) O Conselho de Disciplina da Marinha de Guerra;

3. Na dependência directa do Comandante da Marinha de Guerra estão os seguintes órgãos:

a) As unidades Militares;

b) Os estabelecimentos de Formação Militar do Ramo;

c) Batalhão de fuzileiros Navais;

d) Batalhão de Artilharia costeira;

4. Junto do Comandante da Marinha de Guerra Funcionam os seguintes órgãos de apoio:

a) O gabinete do Comandante

b) O Destacamento de Apoio e serviços;

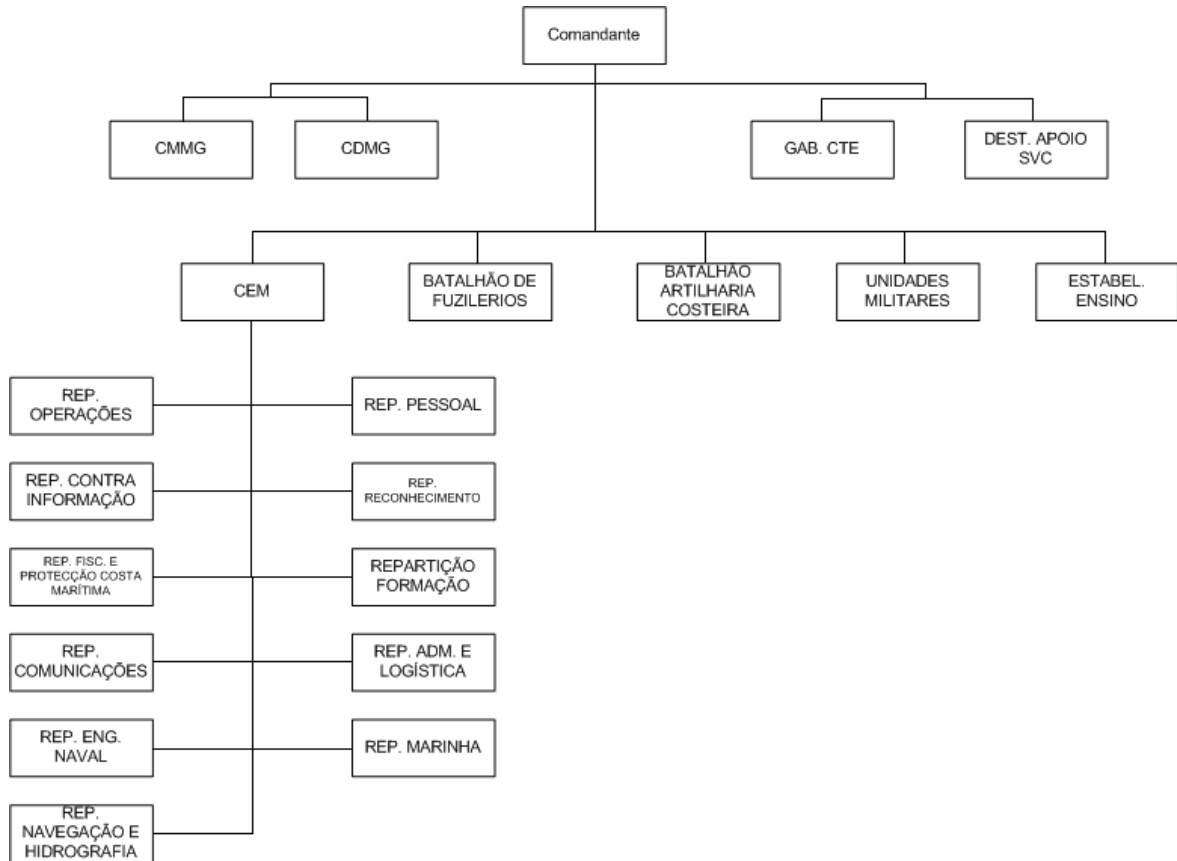


Fig. 2 - Organograma do Ramo da Marinha

As actividades de preparação combativa da Marinha decorrem da directiva do Chefe do Estado-Maior General e preconizam a manutenção da capacidade de intervenção existente bem como a criação de novas capacidades, com vista a responder com eficácia e eficiência às tarefas a ela incumbidas.

Uma das importantes apostas constitui-se no preenchimento da orgânica através do recrutamento de pessoal, efectuado normalmente em dois turnos anuais, a partir dos principais centros de formação básica militar, no âmbito da lei do serviço militar, aprazado para dois anos.

Terminado os treinos básicos, o pessoal atribuído à Marinha segue para os cursos de formação específica nas instituições de ensino do próprio ramo, sendo as principais o Grupo de Escolas, o Centro de Formação de Fuzileiros Navais e o Centro de Artilharia de Guarda Costeira as três unidades de referência obrigatória.

A formação do pessoal para a Marinha ocorre também noutros estabelecimentos, destacando-se a Academia Militar Marechal Samora Moisés Machel.

Segundo, como componente do poder marítimo a Marinha junta-se a outros intervenientes nacionais em assuntos comuns e relacionados com o mar na prossecução das devidas estratégias.

O Conselho de Autoridade Marítima, em processo de visa definição, os métodos de coordenação e cooperação interinstitucional que permitam a utilização criteriosa dos recursos disponíveis, possibilitando assim que sejam alcançados os objectivos previstos nessa esfera.

A gestão dos assuntos do mar em Moçambique é feita por um Conselho Coordenador de Mar e Fronteiras, dirigido pela Primeiro-ministro que é constituído pelo Ministro da Defesa Nacional, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Ministro de Acção Ambiental, Ministro dos Transportes e Comunicações, Ministro do Interior, o Ministro das Pescas e o Ministro dos Recursos Minerais. Para o tratamento das questões técnicas inerentes ao processo de gestão, dispõe-se de um grupo de trabalho constituído por especialistas da Marinha de Guerra de Moçambique, do Instituto de Mar e Fronteiras, do Instituto Nacional de Investigação Pesqueira, do Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Direcção Nacional de Gestão Ambiental e da Polícia Marítima, Lacustre e Fluvial.

Os principais desafios da Marinha, neste contexto, visam fundamentalmente apoiar as actividades das outras instituições na realização dos objectivos sectoriais, devido a sua natureza. De entre as acções, destacam-se: a fiscalização marítima, a segurança de navegação e o desenvolvimento de actividades económicas têm como os transportes, a pesca e o turismo.

b. No âmbito internacional

(1) A nível da Conferência de Coordenação do desenvolvimento da África Austral

A predecessora da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) foi formalizada por meio do memorando de entendimento entre as

instituições de conferência, em 20 de Julho de 1981 e a 17 de Agosto de 1992 foi reformulada para a actual caracterização. Moçambique é um dos membros dessa organização regional desde a sua fundação. Dos 14 membros, alguns fazem parte de outras organizações, segundo a sua realidade concreta. Tal é o caso dos países banhados pelas águas do Oceano Índico, que convergem numa organização com identidade específica relativa esta região.

Para além de Moçambique, fazem parte da família dos Estados da costa do Indico, designada “Indian Ocean Rim Association for Regional Cooperation (IOR-ARC)”, a República da África do Sul, Madagáscar, Maurícias e a República da Tanzânia. Com excepção das Maurícias, todos países da SADC banhados pelo Índico, possuem fronteiras marítimas comuns, nessa situação encontrando-se também o Arquipélago das Comores, um Estado ainda com um processo de normalização institucional em curso.

O problema de fronteiras marítimas nessa parcela do vasto Índico é uma questão a ser solucionada através do entendimento entre os respectivos Estados, tal como foi o acordo sobre as fronteiras alcançado entre Moçambique e a Tanzânia, em 1988, um pressuposto primordial dos princípios de gestão e conservação dos recursos marinhos e das disposições relativas à convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Tendo em consideração de que os assuntos fronteiriços influem na soberania da Nação, a Marinha de Guerra de Moçambique contempla no rol das suas apostas a contribuição, através da participação directa nos diversos grupos de trabalho ou comissões interinstitucionais, com vista a regularizar a situação, num espaço de prevenção de conflitos. Neste momento e no que respeita à cooperação marítima, a SADC tem um Comité Marítimo, com a finalidade de promover a segurança marítima mútua, através do desenvolvimento de mecanismos que possibilitem uma rápida resposta face as contingências regionais.

No plano naval, a Marinha de Guerra direcciona as suas atenções na necessidade da constituição de unidades ou forças de apoio, uma tarefa que decorre do entendimento das Marinhas no processo de acções combinadas para o alargamento da cooperação a nível da comunidade. Esta organização regional, em que os países que dela fazem parte abarcam os Oceanos Atlântico e Índico e se

estendem para o interior, é caracterizada por uma multiplicidade linguística (Português, Inglês e Francês), onde o que é essencial são os objectivos e finalidades que são comuns.

O sistema económico regional cresce em complexidade e interdependência, fruto da abertura e globalização, resultando daí a internacionalização das actividades marítimas. Basicamente os Estados da África Austral tem no mar o suporte do progresso e bem estar das suas populações, daí o seu empenho na criação de políticas e estratégias que coordenem e integrem os diversos domínios das actividades marítimas, nomeadamente a exploração de recursos, o transporte marítimo, a preservação da qualidade do meio marinho bem como a garantia da segurança na região. Aqui reside a convicção ou crença, individual ou colectiva, da importância do mar para as Nações, a disposição, atitude, comportamento e a vontade de agir no sentido de utilizar as potencialidades do mar no campo político, económico, social e militar, com vista á satisfação dos interesses regionais e a genuína mentalidade marítima.

Moçambique, como parte das sociedades marítimas, privilegia, através das suas instituições vocacionadas, particularmente da Marinha de Guerra, o cultivo permanente duma genuína mentalidade marítima, fazendo-se valer dos diversos geofactores para estruturar a sua relação com os países vizinhos em torno do mar.

(2) A nível do Oceano Índico

O Oceano Índico ocupa 20% da superfície oceânica Mundial (1.000 Km, do Sul de África Austral) e uma área de cerca de 68.556 milhões Km². Considera-se este Oceano como uma linha vital do comércio internacional. A posição geográfica das águas de Moçambique no Oceano Índico, numa área que, devido às suas configurações naturais (geográficas, meteorológicas, etc.) foram uma convergência de rotas marítimas, constitui-se como rota alternativa do tráfego marítimo, particularmente de petroleiros, quando estes não utilizam o canal do Suez.

No entanto, a rota do canal de Moçambique absorve cerca de 75% do tráfego marítimo para os países vizinhos e 15% de outras partes do Mundo. A Marinha de Guerra de Moçambique, na sua condição de parte das Marinhas dos Estados da orla do Oceano Índico, está empenhada no incremento Índico (SNI)”

participando nos diversos fora de discussões sobre os assuntos marítimos e no processo de gestão de informações relevantes, com vista a contribuir para os objectivos das organizações. A incidência desses objectivos recai, designadamente, na promoção de um entendimento partilhado e o estabelecimento de um conjunto de estratégias comuns que possibilitam o reforço da segurança marítima, a mitigação dos efeitos de desastres naturais e assistência humanitária em qualquer ponto da região.

A cooperação efectiva a este nível abrange áreas como o levantamento hidrográfico, a busca e salvamento entre outros. Ela manifesta-se através de visitas, troca de pessoal, formação e treino, exposições e outras actividades.

(3) A nível continental

Como membro da União Africana, Moçambique tem compromissos de índole políticos, cultural e militar, esta última componente caracterizada pelo mecanismo para os assuntos de segurança, como garante da paz no continente. A experiência bem sucedida no território ao conseguir uma transição de um conflito armado para a paz de forma muitíssimo clara, faz de Moçambique uma referência, muitas vezes tomada como exemplo para outros processos de transição. As Forças da Marinha sempre se fizeram presentes em todas as missões incumbidas à Força Armada, integrando contingentes e missões tuteladas pelas Nações Unidas como observadores.

(4) A nível de CPLP

No âmbito da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), destaca-se a vontade do desenvolvimento de um quadro de cooperação, que permite potenciar o nível organizacional e operacional da Marinha de Guerra de Moçambique. Neste sentido, diversas actividades têm sido desenvolvidas para a manutenção de laços de irmandade entre as Marinhas dos países dessa comunidade, sendo a presente formação Técnico-Militar uma clara ilustração deste historial com Portugal, Angola e Brasil.

5. O PLANO NAVAL DA MARINHA DE GUERRA

De acordo com o plano naval, a Marinha direcciona as suas atenções na necessidade de aquisição de vários meios navais, incluindo os seus recursos humanos que vão lidar com a devida técnica.

Também na reabilitação de algumas embarcações inoperacionais nas bases e sub bases navais, reabilitação de imóveis que se encontram em avançado estado de degradação com maior atenção às unidades que se encontram ao norte e centro do país. Apostando sempre que é possível a formação dos recursos humanos tanto internamente como externamente nas diversas áreas técnicas.

As missões de interesse público inserem-se numa nova postura da Marinha pretendendo alcançarem uma maior visibilidade dentro da sociedade, em especial com o impacto decorrente do desempenho das missões relacionadas com a protecção civil, o desenvolvimento sustentado em ambiente saudável e a melhoria de qualidade de vida dos cidadãos.

É neste contexto que as Forças da Marinha de Guerra Moçambicana colocam ao serviço do país e também da comunidade internacional os seus meios humanos e materiais e, ainda, o seu acumulado conhecimento, exercendo importantes missões no espaço marítimo. O resultado dessa actividade encontra-se resumido em quadro próprios, onde se assinalam as áreas de missões que competem a cada um dos Ramos das Forças Armadas e os elementos orgânicos que tem responsabilidade primária de as assegurar, bem como os meios utilizados e respectivos encargos financeiros.

O Ramo da Marinha de Guerra Moçambicana tem como estratégia marítima, no essencial, a utilização do mar no interesse próprio, evitando também que os outros o utilizem de forma prejudicial à economia e desenvolvimento do país, embora haja alguns indícios da existência de navios desconhecidos a pescar nas nossas águas territoriais sem autorização do nosso Estado, consubstanciando-se, no plano operacional naval, através de uma tríade de missões, designadamente, militares, diplomáticas e de interesse público.

Por razões de recursos, e à semelhança de outras pequenas potências, a Marinha desenvolve a sua actividade operacional com base nesta tríade de missões, explorando a polivalência dos seus meios, na procura constante da máxima rentabilidade dos recursos. O reconhecimento dessas capacidades tem conduzido a que, nos termos da lei, a Marinha colabore em tarefas relacionadas com a satisfação do interesse público e a melhoria de

qualidade de vida das populações e exerça acções no âmbito das missões de interesse geral a cargo de Estado.

Para garantia do exercício da Autoridade do Estado e do serviço de busca e salvamento marítimo, incluindo a colaboração com o serviço de busca e salvamento aéreo, foi mantido o dispositivo naval padrão, tendo as unidades navais várias missões estabelecidas.

Perspectiva de se ter Patrulhões NPO e Lanchas de fiscalização costeira de acordo com o anexo, para o controlo do Espaço Marítimo, distribuídos pelas zonas do nosso país, nomeadamente: zona sul, centro e norte. Todas estas regiões requerem meios qualificados para efeitos de dissuasão com o objectivo de evitar o surgimento de acções de pirataria.

No entanto, como acções mais importantes realizadas pelo Ramo no âmbito do interesse público, apontam-se a colaboração com a polícia judiciária no combate às actividades ilícitas, através da disponibilização de meios navais, de fuzileiros e de facilidades de monitorização proporcionados pelo Centro de Operações do Comando Naval; colaboração com a polícia marítima na detenção e seguimento de embarcações suspeitas, através dos meios navais que se encontram no mar; contribuição para a segurança da navegação assegurando a coordenação nacional e a divulgação de avisos aos navegantes, executada, pela Direcção de Faróis, no âmbito da sinalização marítima garantir acções conducentes à actualização da rede maregráfica e publicação das tabelas de marés para os principais portos, quer nacionais quer dos países africanos através das tabelas de marés feito em Portugal; promoção da investigação científica no mar, contribuindo para o conhecimento oceanográfico do litoral e da zona económica exclusiva (ZEE), designadamente nas áreas da física, da geologia, da química e da poluição, quer com meios próprios quer em colaboração com outras instituições nacionais e estrangeiras.

As actividades dos navios do agrupamento de navios hidrográficos encontram-se reflectidas na linha dos navios de investigação científica no mar, apresentando um acréscimo significativo relativamente aos próximos anos, a que não é alheio o empenhamento no levantamento associado ao Estado sobre o eventual alargamento da plataforma continental, em articulação com o instituto hidrográfico e com o grupo de missões da plataforma continental, ao qual será dada prioridade;

Intervenção na preservação do meio marinho, através de acções de monitorização dos níveis de poluição e registo de concorrência de poluição, algumas das quais exigindo intervenção;

Exercícios da autoridade marítima, através de acções de vistoria, desembarço e fiscalização de embarcações de unidades, de policiamento da actividade marítima nas zonas ribeirinhas (processos por ilícitos penais e contra-ordens nacionais) e de fiscalização do cumprimento das regras de navegação. Esta actividade será efectuada por meios do comando naval em apoio ao sistema de Autoridade Marítima;

No âmbito de salvaguarda da vida humana no mar, deverá ser um dos objectivos de formação de equipas de nadadores salva-vidas, para intervenção em caso de necessidades. No cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado Moçambicano nas áreas de responsabilidade nacional de busca e salvamento marítimo e controlo do mar;

Manter activadas em permanência, a busca e salvamento. Devido à grande extensão do país os Centros de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo deviam ser dividido em três zonas:

- Zona sul de Moçambique;
- Zona centro de Moçambique;
- Zona norte de Moçambique.

Estas zonas seriam equipadas com dispositivos navais compostos, por, no mínimo de duas patrulhões, seis lanchas de fiscalização costeira. Estes meios, com a colaboração das Estações Radionavais e Artilharia Costeira da Marinha e Força Aérea, serão responsáveis pelo salvamento ou evacuação médica, em consequência de solicitações de assistência ou de recepção de sinais de emergência.

Vigilância e controlo do tráfego marítimo ao longo da costa de Moçambique e dos arquipélagos de Bazaruto, Ilha de Moçambique, Inhaca, Ibo e outras, em verificação da soberania do Estado nas águas territoriais, da segurança da navegação em geral e do cumprimento dos esquemas de separação de tráfego em particular;

Realização de missões de fiscalização da pesca e da exploração dos recursos da zona económica exclusiva (ZEE), bem como das águas territoriais que serão vistoriadas no mar com cerca de uma dezena de embarcações, apurando-se assim umas infracções.

NÃO CLASSIFICADO

Algumas missões seriam também efectuadas em colaboração com a inspecção-geral das pescas, na realização de operações conjuntas de controlo e prevenção de ilícitos de pesca, através da utilização dos meios navais em permanência no mar e o futuro projecto já acordado de montagem de um sistema de controlo por via satélite toda costa Moçambicano.

Divulgação da missão da Marinha e das Forças Armadas em geral, quer através de acções de presença naval em várias localidades ribeirinhas, principalmente por ocasião de festejos locais.

Em suma é importante a preparação da Marinha de Guerra para contingências, cheias/inundações, ciclone e tarefas de interesse público.

6. PERSPECTIVAS FUTURAS

Para uma maior projecção da Marinha de Guerra de Moçambique, continuar-se-ão esforços tendentes a dar visibilidade, por meio da elevação dos níveis técnico profissionais do pessoal.

Este esforço compreende a adequação dos recursos humanos e materiais inscrita nos planos de desenvolvimento para curto, médio e longo prazo das Forças Armadas, onde a Marinha é uma parte.

A estreita colaboração interinstitucional, no âmbito da autoridade marítima, continuará a conferir sinergias que permitam aumentar a capacidade de contribuição deste ramo em várias frentes e continuará a desenvolver entendimentos multilaterais e bilaterais de modo a promover intercâmbios com outras marinhas.

7. CONCLUSÕES

Tendo em consideração a nossa pergunta de partida. “*Que missão e desafios se esperam da Força Naval Moçambicana em tempo de paz?*” e em base na leitura de várias fontes bibliográficas a que tivemos acesso chegamos às conclusões que abaixo discriminamos.

A reconstrução da MGM ocorre em paralelo com a criação das Forças Armadas, e compreende quatro etapas, que são:

- Definição da base organizacional e a conseqüente montagem duma estrutura consentânea à finalidade de defesa da independência e soberania da jovem Nação;
- Ajustamento da estrutura à situação político-militar;
- Redefinição estrutural, face ao cenário caracterizado pela ausência de Guerra.
- Reorganização da Marinha, como resposta à complexidade das novas missões.

É nesta fase que ocorre a avaliação da utilidade do poder naval pelo poder político ou pelos cidadãos em geral e, em contrapartida, o empenho da Marinha na demonstração da sua pertinência como componente do poder militar, através do trabalho concreto, visando a consolidação do seu potencial e valor perante a sociedade.

No julgamento de todas as etapas está adjacente o interesse para a Nação como um todo e para os cidadãos individualmente:

- A harmonização do desenvolvimento dos meios com os recursos disponíveis.
- A definição de doutrinas coordenadas de emprego;
- O desenvolvimento dos programas de aquisição de infra-estruturas;
- A formação/instrução do pessoal;
- A investigação técnica específica.

Entendemos que seria óbvia a capacitação permanente de forças para manter a sua performance, para garantir a manutenção das suas capacidades adaptadas às necessidades da Força Naval Moçambicana no contexto regional e internacional e no domínio tático e operacional.

9. RECOMENDAÇÕES

A fim de fazer cobertura da vasta costa moçambicana através de meios navais, com o objectivo de cumprir com as missões de patrulhamento e de mais missões referidas nos capítulos anteriores, e também tomando em conta a situação económica do país, recomendo a seguinte distribuição de meios navais de acordo com as características respectivas definidas em anexo:

- a. Base Naval de Pemba - Zona Norte – 1 Patrulhão, 2 Patrulhas.
- b. Base Naval da Beira - Zona Centro – 2 Patrulhas
- c. Base Naval de Maputo - Zona Sul - 1 Patrulhão, 2 Patrulhas.
- d. As Sub Bases Navais de Inhambane e Nacala - Zonas Centro e Norte respectivamente. Estas poderiam ter o mesmo nº de meios conforme se segue – 2 Lanchas de mar e 2 lanchas de águas interiores.
- e. A Sub Base Naval de Tete sita na Albufeira de Cabora Bassa, tratando-se de um rio necessitaria de meios de pequena dimensão: 2 lanchas de águas interiores.
- f. Sub Base Naval de Quelimane - Zona Centro/Norte: 2 Lanchas de mar e 2 lanchas de águas interiores.
- g. Base Naval de Metangula – 2 Lanchas de águas interiores

Para o cumprimento com eficácia na formação das tripulações com o objectivo .

BIBLIOGRAFIA

- a. **1º Simpósio das Marinhas dos países de língua Portuguesa**, in Cadernos Navais nº 26-Julho-Setembro 2008;
- b. Boletim da republica 1 serie-numero 52 Decreto nº 54/2003.
- c. Costa, Carlos Nelson Lopes da Outubro (2003), **O poder naval, missões e meios**; in Cadernos Navais Nº 7.
- d. **Estratégia Nacional de Defesa**, www.defesa.gov.br.
- e. Ribeiro, António Silva, **Formação da estratégia naval portuguesa modelo e processo**, Cadernos Navais.
- f. Sacchetti, Vice –Almirante António Emílio Ferraz Sacchetti (1988), **A Marinha a instituição e os homens**, Instituto Superior Naval de Guerra.
- g. Seminário: **“Uma Marinha de duplo uso”**, Cadernos Navais nº22-Julho-Setembro 2007.

ANEXO

Patrulhões com características iguais às do NPO2000 da Marinha Portuguesa:

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	
Comprimento total	81,0 m
Boca máxima	12.95 m
Pontal ao convés	6,90 m
Calado	-
Deslocamento total	1600 t
Velocidade máxima	20 nós
PROPULSÃO	
-	-
Autonomia	5000 milhas
ARMAMENTO E SENSORES	
1 peça de artilharia de 40 mm	
1 radar de navegação Furuno 1505 DA	
GUARNIÇÃO	
Oficiais	3
Sargentos	6
Praças	20

Patrulhas com características dos da Classe Cacine (Marinha Portuguesa), mas modernizados:

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	
Comprimento fora a fora	292t
Boca	44m
Pontal	7,7m
Calado	2,2m
Deslocamento total	94t
Velocidade máxima	20nós
PROPULSÃO	
2 Motores MTU 12V 396 TE84 diesel	3.750hp
Autonomia	1350 milhas a 15 nós
ARMAMENTO E SENSORES	
1 peça Oerlikon 20mm/65	
1 radar de navegação KH 1007	
GUARNIÇÃO	
Oficiais	2
Sargentos	3
Praças	15

Lanchas com características iguais às da Classe Centauro:

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	
Comprimento fora a fora	27m
Boca	5,9m
Pontal	2,1 m
Calado	2,8m
Deslocamento total	94t
Velocidade máxima	26nós
PROPULSÃO	
2 Motores MTU 12V 396 TE84 diesel	3.700hp
Autonomia	1350 milhas a 15 nós
ARMAMENTO E SENSORES	
2 metralhadoras 12.7mm MGs	
1 radar de navegação Furuno 1505 DA	
GUARNIÇÃO	
Oficiais	1
Sargentos	1
Praças	6

Lanchas para águas interiores:

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	
Comprimento fora a fora	14,5 m
Boca	4,3 m
Pontal	2,1 m
Calado	0,8 m
Deslocamento total	18,4 t
Velocidade máxima	31 nós
PROPULSÃO	
-	
Autonomia	240 Milhas náuticas
ARMAMENTO E SENSORES	
2 metralhadoras 12.7mm MGs	
1 radar de navegação Furuno 1505 DA	
GUARNIÇÃO	
Oficiais	1
Sargentos	1
Praças	4